

# CHINA: O Perturbador Dragão Silencioso\*

ADAUTO BUNHEIRÃO\*\*  
Capitão de Mar e Guerra (FN)

---

## SUMÁRIO

Introdução  
Conceituação  
O Perturbador Dragão Silencioso  
Ensinamentos para o Poder Naval brasileiro  
Conclusão

## INTRODUÇÃO

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (2020c) assegura, no capítulo inicial, que o Sistema Internacional (SI) contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o período pós-Guerra Fria (1989), tem se distinguido pelo acelerado processo

de reestruturação das relações de poder entre Estados. O referido capítulo do LBDN ainda menciona que a coexistência entre potências tradicionais e potências emergentes traz desafios para a defesa do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)<sup>1</sup>.

A coexistência citada, na visão geopolítica da República Popular da China (RPC), conforme descrito no *white*

---

\* Artigo baseado na monografia apresentada no Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM 2022) da Escola de Guerra Naval.

\*\* Atualmente serve como oficial de Operações da Força de Fuzileiros da Esquadra.

<sup>1</sup> A Política Nacional de Defesa (PND) (2020a) define o EEB como a “área de interesse prioritário para o Brasil que inclui América do Sul, Atlântico Sul, países da costa ocidental africana e Antártica”. O Plano Estratégico da Marinha (PEM-2040) (BRASIL, 2020b) detalha o EEB e limita-o, no Oceano Atlântico, ao Norte, pelo paralelo.

*paper* denominado “China’s National Defense in the New Era”, afirma que o mundo ainda não é um lugar tranquilo, e que existem fatores desestabilizadores e incertezas na segurança do SI. Destaca-se ainda que a multipolaridade dos atores geopolíticos e as cooperações são tendências irreversíveis nas relações internacionais (CHINA, 2019).

Segundo Alves (2010), a RPC subordina sua política externa aos próprios objetivos desenvolvimentistas, conciliando defesa e política econômica por meio da diplomacia. Essa postura visa atender uma necessidade constante de matérias-primas e fontes de energia, fazendo com que o país esteja permanentemente em busca de regiões do planeta onde possa garantir contratos de exploração de petróleo, gás e carvão.

Como consequência da política externa voltada à garantia de fontes energéticas e de recursos alimentares, a RPC busca estreitar relações comerciais e diplomáticas com países localizados no Atlântico Sul (AS). Para tal, utiliza o princípio da “coexistência pacífica” como base da política exterior, pautando-se por respeito à soberania e não intervenção em assuntos internos (ALVES, 2010).

Conforme destacam Cintra *et al.* (2015), o objetivo estratégico da RPC é a garantia dos recursos necessários para o desenvolvimento chinês. Para tanto, necessita da criação de uma versão da antiga Rota da Seda, conhecida como One Belt One Road<sup>2</sup> (Obor). A referida estratégia consiste em um cinturão de infraestrutura logística de grande porte, como malhas rodoviárias e ferroviárias, portos e oleodu-

tos. A iniciativa possui dois componentes principais: The Silk Road Economic Belt, composta pelos corredores rodoviários e ferroviários, que passam por 21 países, ligando a China à Europa; e o corredor marítimo, denominado 21st Century Maritime Silk Road.

Nesse contexto, o artigo tem a finalidade de apresentar o novo conceito geopolítico de “Perturbador Silencioso” e descrever a presença da RPC no Entorno Estratégico Brasileiro por meio da extensão do corredor marítimo chinês para o AS.

## CONCEITUAÇÃO

### *A Geopolítica e a Oceanopolítica*

O termo Geopolítica teve origem em 1905, no ensaio científico do jurista sueco Rudolf Kjellén intitulado “As Grandes Potências”, sendo definido como a “ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”. Interessante notar que Rudolf Kjellén, por ser um leitor atento de Ratzel<sup>3</sup>, visualizava a Geopolítica como a interseção entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado. Assim, a Geopolítica não só seria uma ciência pautada no conhecimento, como também uma disciplina responsável por tornar o Estado forte no SI (VESENTINI, 2011). Entretanto reduzir as relações de Estados em uma metodologia teórica acadêmica, como a interseção de diversas ciências, é algo bastante complexo, porque existe uma incerteza significativa nos padrões do desenvolvimento dos fenômenos sociais que tende a simplificar os modelos apresentados para análise. Conforme men-

2 Importante ressaltar que a Política Externa da RPC nunca usou este termo. Em português, é conhecido como Nova Rota da Seda.

3 Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um pensador alemão, considerado como um dos principais teóricos clássicos da Geografia e o precursor da Geopolítica. Seus artigos deram origem à Geografia Política (MATTOS, 2011).

cionou Renouvin<sup>4</sup> (1967, *apud* REIS, 2020, p. 35), a Geopolítica transcende o conceito de ciência, sendo um método de análise e interpretação dos efeitos advindos das interações entre os atores estatais, ampliado pelas interferências de atores não estatais e pela correlação com o fator tempo.

Diferente de Flint (2017), que assevera o Estado como sendo o único ator relevante no SI, Cohen (2015), alinhado com o pensamento de Reis (2020), alerta para a evolução do conceito da Geopolítica e comenta sobre a redução da importância do Estado no conceito geopolítico, em prol da ascensão de novos representantes, como empresas transnacionais, organizações intergovernamentais e outros atores não estatais.

Com fulcro nos conceitos supracitados, o termo Geopolítica pode ser definido como um método de análise e interpretação do conjunto de ações e práticas de atores estatais na esfera das expressões do Poder Nacional (PN)<sup>5</sup>, ampliado pelas interferências de atores não estatais e pela correlação com o fator tempo, considerando aspectos da ciência política e do posicionamento geográfico, com intuito de projetar o poder

do Estado no SI. Essa definição permite afirmar que a organização dos Estados em blocos econômicos e/ou militares, bem como acordos e cooperações, é a forma de reduzir vulnerabilidades geopolíticas isoladas e garantir uma projeção adequada de poder de forma conjunta.

No decorrer do tempo, surgiram vários pensadores geopolíticos. Entre esses pensadores, destaca-se Halford J. Mackinder<sup>6</sup> (1861-1947), que desenvolveu o conceito de “Área Pivot”, uma região de maior importância política estratégica, se comparada com outras áreas do planeta, e mais protegida contra possíveis ataques de potências marítimas. Como “Área Pivot”, Mackinder definiu a Europa Centro-Oriental, chamando-a de Heartland, e denominou África, Ásia e América do Sul como “Ilhas Mundiais”. Pelas considerações e pelo determinismo geográfico terrestre, Mackinder é o principal pensador da Teoria do Poder Terrestre (BARBOSA JÚNIOR, 2012).

Em antítese às considerações de Mackinder, o Almirante Alfred Thayer Mahan<sup>7</sup> (1840-1914) identificou que o controle dos mares, ao longo do tempo,

4 Pierre Renouvin (1893-1974) foi um historiador francês especializado na história das relações internacionais.

É autor da obra *Les origines immédiates de la guerre*. Além disso, organizou uma coleção monumental em torno da história das relações internacionais. Fonte: Wikipédia. Pierre Renouvin. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/entity/m0gg9309?hl=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.

5 O PN deve ser sempre entendido como um todo, uno e indivisível. Entretanto, para compreender os seus elementos estruturais, é importante estudar suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco expressões, a saber: Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científica e Tecnológica (BRASIL, 2019).

6 Halford J. Mackinder desenvolveu a teoria do Heartland. Mackinder situou o Heartland na zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático e que recebe a denominação de Eurásia. A partir da teoria do Heartland, Mackinder se pronunciou, em 1904, em uma conferência na Real Sociedade Geográfica de Londres, quando defendeu a tese de que o controle dos mares não mais representava a chave do poder das nações marítimas. Fonte: CANCIAN, Renato. *Geopolítica – Teoria do Heartland e do Rimland*. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

7 Alfred Thayer Mahan, filho de Dennis Hart Mahan, instrutor de West Point, nasceu em 1840, formou-se na U.S. Naval Academy em 1859, serviu na Marinha durante a Guerra de Secessão e, a partir daí, em diversos navios e cenários, até encontrar seu destino no Naval War College. Em 1883, ele escreveu seu primeiro livro, *The gulf and island waters*, um estudo sobre os combates navais durante a Secessão, mas foi seu segundo livro, *The influence of sea power upon history 1660-1783* (1890), que teve destaque e reconhecimento nacional (BARBOSA JR., 2012).

era um fator de força decisiva em todas as guerras, e afirmou que os Estados que possuem o domínio dos mares conseguem projeção no SI. As ilações referentes à influência dos espaços oceânicos nos destinos das nações passaram a ser chamadas de Teoria do Poder Marítimo, cujo principal autor é o Almirante Mahan (BARBOSA JÚNIOR, 2012).

Ademais, pode-se dizer que o Brasil é uma nação marítima voltada para o AS e necessita de um método de análise e interpretação voltado para o espaço oceânico. Considerando a Teoria do Poder Marítimo, esse método de análise e interpretação é conhecido como Oceanopolítica.

Precursora do conceito de Oceanopolítica no Brasil, Castro (1983) aponta a importância dos oceanos para a comunidade científica. Em sua análise, propôs que o planeta Terra poderia ser visualizado em dois grandes blocos, o Hemisfério Continental, representado pelo Hemisfério Norte, com 54,5%

de terras, e o Hemisfério Oceânico, representado pelo Hemisfério Sul, com 88,7% de águas. Castro (1983) afirmou ainda que as nações podem ser classificadas em dois grandes grupos, em relação à Oceanopolítica: as que possuem acesso e as que não possuem acesso ao mar. Com base nesses conceitos, Castro (1983) assevera que os Estados que possuem Oceanopolítica devem fiscalizar e zelar pela manutenção das vantagens oferecidas pelo mar e as que não possuem devem buscar essas vantagens.

Portanto, o espaço marítimo é importante para o desenvolvimento de uma nação. Outrossim, os Estados que visam

obter posição relevante no cenário internacional precisam expandir os domínios para os oceanos e estabelecer fronteiras marítimas, de acordo com seus próprios interesses. No Hemisfério Sul, a Oceanopolítica torna-se o principal método de análise e interpretação para o posicionamento e os interesses de uma nação, sendo o AS um desafio para o Brasil.

### ***A Diplomacia Marítima e a Diplomacia Naval***

Segundo Barbosa (2002, p. 95), diplomacia e defesa são serviços do Estado que necessitam de alto nível de integração. A defesa está inserida no conceito de diplomacia, e, em razão disso, torna-se imperioso o uso das Forças Armadas (FA) como instrumento de política externa, a fim de alcançar os objetivos nacionais (CHIOZZO, 2018).

As relações dos Estados no domínio marítimo são chamadas Diplomacia Marítima e podem

ser exercidas de três formas: a) *cooperativa* – corresponde às atuações conjuntas de Estados ou instituições, quando atuam de forma colaborativa, como treinamentos e coalizões; b) *persuasiva* – ocorre quando o Estado busca uma inserção de destaque no SI, por meio da demonstração de forças navais; e c) *coercitiva* – ocorre quando o Estado usa as forças marítimas para coagir o oponente em prol de um objetivo político. Ademais, ressalta-se que os tipos de Diplomacia Marítima não são excludentes e podem coexistir ao mesmo tempo (LE MIÈRE, 2014).

Comparando as assertivas de Le Mière (2014) com os conceitos geopolíticos de

**O Brasil é uma nação marítima voltada para o Atlântico Sul e necessita de um método de análise e interpretação voltado para o espaço oceânico**

Castro (1983), conclui-se que, em prol dos objetivos nacionais, é imprescindível que os Estados que possuem fronteiras marítimas explorem a Diplomacia Marítima em todas as expressões do PN. A expressão “Diplomacia Naval” é a vertente militar da Diplomacia Marítima.

De acordo com Till (2018), a Diplomacia Naval é tão antiga quanto as civilizações e, devido à sua complexidade, os teóricos do pensamento marítimo não conseguem abordar o tema em sua plenitude. Os estudos sobre Diplomacia Naval podem ser separados em duas correntes: a) clássica – representada pelo Almirante Alfred Thayer Mahan, com o livro *The influence of sea power upon history*, e pelo historiador britânico Julian Corbett, com a obra *Some principles of Maritime Strategy*; e b) moderna – seus principais representantes são Geoffrey Till e Christian Le Mièrre (CHIOZZO, 2018).

Em relação ao conceito de Diplomacia Naval moderna, cabe mencionar a definição de “Poder Brando” de Nye Jr. (2004). Para ele, Poder Brando é a capacidade de um Estado influenciar as preferências do entorno sem o uso da força, de sanções ou por meio de pagamento. Considera-se esse Poder como uma capacidade de atração positiva, um exemplo a ser seguido na área de influência, com habilidade de promover aquiescência e persuasão somente pela atração (NYE JR., 2004).

Para a aplicação correta da Diplomacia Naval moderna, é necessário associar o conceito de Poder Brando de Nye Jr. (2004) às assertivas de Le Mièrre (2014) sobre a Diplomacia Marítima coopera-

tiva, em que é observada a importância das Forças Navais como instrumento de Diplomacia do Estado, por meio de exercícios conjuntos com outros atores, com a presença de Adidos Navais, visitantes nos portos estrangeiros e participações em operações conjuntas em águas internacionais (HOMEM, 2021).

Cabe observar que a Marinha, no exercício das atribuições no Entorno Estratégico, é um dos principais vetores de diplomacia e, por participar cooperativamente com outros atores, exerce o Poder Brando do Estado na plenitude.

### **Conceito de Grande Estratégia**

De acordo com Cunha (2001, p. 333), a palavra Estratégia significa “arte (militar) de planejar e executar movimentos e operações (de tropas) etc.”. Na visão de Silva (2020), Estratégia é o emprego dos meios para atingir um determinado fim. Essa palavra ganhou novas definições, ao longo dos

anos. Atualmente, os teóricos ampliaram a definição para os campos da expressão do PN, como o político e o econômico. Então, de forma generalizada, o conceito pode referir-se à relação competitiva ou cooperativa entre os Estados ou para intervir em processos decisórios, alterando condutas ou regras nas relações entre os atores (CORRÊA, 2017). Segundo Mattos (1986), a Estratégia do Estado advém de uma concepção política que define os objetivos para atender aos seus interesses. Assim, a Estratégia escolhe meios e estabelece prioridades para a conquista desses objetivos.

**A Diplomacia Naval é  
tão antiga quanto as  
civilizações e, devido à  
sua complexidade, não é  
abordada em sua plenitude**

Basil Liddel Hart (1895-1970), escritor e militar inglês, evoluiu o conceito de Estratégia para Grande Estratégia. Para ele, Grande Estratégia era a política de guerra vocacionada para os objetivos e amparada pelas condições para a paz. O autor também defendia a utilização da diplomacia, da economia e do campo psicossocial como formas de pressionar o inimigo (LUIZ, 2019).

Gray (1999, p.17, tradução própria) define Estratégia como “o uso de ameaças tácitas e explícitas, bem como de batalhas e campanhas reais, para avançar em propósitos políticos”. No mesmo trabalho, Gray menciona que o enfoque da Estratégia não é, contudo, unicamente militar. Outrossim, ao considerar todos os instrumentos do poder do Estado de forma integrada, desde a coerção e a influência às ações práticas, descreve que tais comportamentos são parte da Grande Estratégia (HOMEM, 2021).

Considerando Mattos, Liddel Hart e Gray, pode-se afirmar que a Grande Estratégia orienta um Estado e indica os caminhos e os meios para atingir os objetivos políticos. Ela pode ser considerada como os esforços coordenados nos campos das expressões do PN, a saber: militar, econômico, psicossocial, diplomático, científico e legal, com a finalidade de alcançar os objetivos políticos nacionais. Nesse contexto, a Grande Estratégia permeia as decisões internas do próprio ator e considera outros entes ativos do SI (KENNEDY, 1991).

Diante de um cenário geopolítico instável e híbrido, entende-se que a Grande Estratégia oferece uma resposta proativa

e adequada de um Estado e promove desenvolvimento e transformação de todas as expressões do poder, com orientações seguras para os rumos de um país em um SI conectado. Ademais, ela aborda assuntos como defesa, democracia, aspectos psicossociais, economia, direitos humanos, ordem internacional e aspectos legais.

### ***O Perturbador de Castex e o Perturbador Silencioso***

Uma definição relevante para este trabalho é a Teoria do Perturbador, desenvolvida por Raoul Castex<sup>8</sup> (1878-1968). O Perturbador é um ator geopolítico que, por força e ambição, deseja dominar o Entorno Estratégico. Suas principais qualidades são a vitalidade e os recursos humanos abundantes (WEDIN, 2016).

Castex (1938) classifica dois tipos de perturbadores: a) o perturbador regular: quando o Estado, por diversas razões, busca o posicionamento geopolítico; e b) o perturbador irregular: mais complexo e está ligado às desordens domésticas e ideológicas, como o comunismo russo. A Teoria de Castex é estruturada sob três conceitos principais: a) espaço: é a posição de isolamento de um Estado que facilita a defesa contra agressões externas; b) posição geográfica: resulta da posição geográfica associada à vocação dos países que se voltam para o mar em busca de recursos essenciais; e c) o Perturbador: refere-se ao equilíbrio de poder, periodicamente ameaçado, quando surge um Estado em busca de hegemonia geopolítica, como os países em desenvolvimento econômico e demográfico, com ambições expansionistas.

8 O almirante francês Raoul Castex (1878-1968), na linha de Mahan, defendeu a importância do domínio das comunicações marítimas como sustentáculo do poder nacional e, nessa perspectiva, a superioridade do poder marítimo em relação ao poder terrestre. Fonte: SEQUEIRA, Jorge Manuel de. “As teorias geopolíticas e Portugal”. *Revista Militar*, 2014. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/914>. Acesso em: 7 jun. 2022.

Em síntese, o termo Perturbador pode ser definido como um ator geopolítico que busca expansão no SI, de forma regular ou irregular, com o intuito de garantir recursos, como os energéticos e os alimentares, para o Estado. Todavia Castex (1938) associa o conceito de Perturbador, primordialmente, à expressão do poder militar, em que a busca pela influência regional gera desequilíbrio e preocupação para os Estados no entorno do Perturbador.

Ao analisar o conceito sobre o Perturbador, verifica-se a necessidade de o Estado possuir o “Poder Duro” mencionado por Nye Jr. (2004). Esse poder caracteriza-se pela utilização da força, por meio das expressões militar e econômica do PN de um ator, tendo como fontes primárias o uso e a imposição da força em busca dos objetivos, por meio da Diplomacia Marítima coercitiva (COSTA, 2019).

Por analogia, surge, então, a ilação do novo conceito chamado Perturbador Silencioso (Figura 1). Para melhor definição desse conceito, é fundamental entender o “Poder Inteligente” de Nye Jr. (2011). Para ele, o Poder Inteligente é a capacidade de combinar as estratégias de Poder Duro e de Poder Brando de forma eficaz em diversos cenários, com aplicações alternadas ou conjuntas. Cabe enfatizar que o Poder Militar de um Estado não precisa considerar apenas meios do Poder Duro,

uma vez que a sua utilização pode incentivar parcerias, cooperações ou exercícios conjuntos (COSTA, 2019). Saliente-se ainda que é importante considerar, na utilização do Poder Inteligente, o uso de todas as expressões do PN, como a militar, a política, a econômica e a psicossocial, de forma coordenada em prol de um objetivo de Estado desejado.

O Perturbador Silencioso é um Estado que busca na estratégia de expansão geopolítica aliar os conceitos do Perturbador Continental de Castex à conduta do Poder Inteligente definida por Nye Jr. (2011). A vocação marítima aglutina ao Perturbador Silencioso a capacidade da busca de segurança energética e alimentar, em regiões fora do Entorno Estratégico. Com uma postura de relacionamento suave com os países hospedeiros, por meio do poder econômico amparado pelo poder militar, e com investimento em infraestrutura logística de uso dual, tanto de escoamento de recursos como de emprego militar, é fundamental que o Perturbador Silencioso possua uma Marinha de tamanho compatível com as ambições oceânicas, com um Poder Naval superior aos atores regionais e com capacidade de gerar um desequilíbrio geopolítico entre os Estados da região alvo.

Nesse contexto, na seção seguinte, serão contemplados os assuntos sobre o

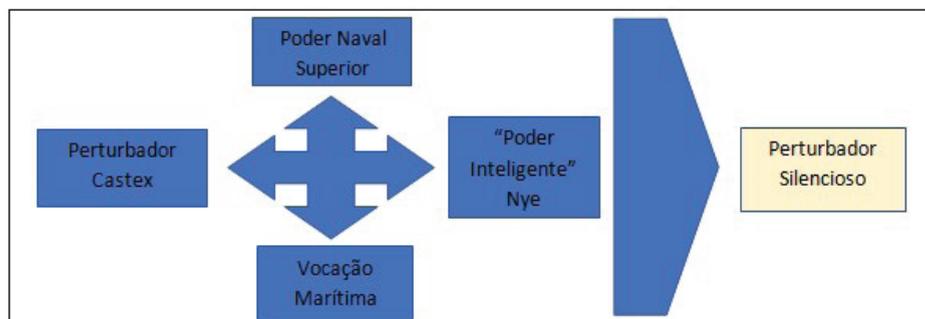


Figura 1 – Perturbador Silencioso

Perturbador Dragão Silencioso e como a RPC conseguiu uma posição de destaque no SI nos últimos 40 anos, inclusive sendo destacada no Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 2022, como um desafio a longo prazo, corroborando com a visão do autor deste artigo sobre o Perturbador Silencioso. Ademais, serão abordados os principais fatos que proporcionaram à Estratégia chinesa influenciar no EEB, consolidando parcerias com vários Estados do AS.

## O PERTURBADOR DRAGÃO SILENCIOSO

Kissinger (2012) define o papel atual da RPC, no século XXI, e afirma que é fundamental entender o contexto tradicional e histórico dessa milenar civilização. Atualmente, a China é um Perturbador Silencioso do AS. Ademais, nesta seção, será descrita a Grande Estratégia da China (GEC) com fulcro na parte marítima que permitiu a presença no EEB, mas, antes disso, será realizado um breve relato histórico da RPC, para que seja entendida a decisão de robustecer o Poder Marítimo. Após esse entendimento, será descrita a saída da China para o mar, bem como suas implicações. Por fim, apresentar-se-á a contextualização da Obor.

### *Contexto histórico do Dragão*

A civilização chinesa se origina numa antiguidade tão remota que são baldados nossos esforços por descobrir seu início. Não há vestígios do estado de infância entre esse povo. Esse é um fato muito peculiar com respeito à China. Estamos acostumados, na história das nações, a encontrar algum ponto de partida bem definido, e os documentos, as tradições e os monumentos históri-

cos que chegam até nós em geral nos permitem seguir, quase que passo a passo, o progresso da civilização, estar presentes a seu nascimento e assistir ao seu desenvolvimento, sua marcha adiante e, em muitos casos, suas subsequentes decadência e ruína. Mas não é assim com os chineses. Eles parecem ter vivido sempre no mesmo estágio de progresso dos dias atuais; e os dados da antiguidade tendem a confirmar essa opinião (KISSINGER, 2012, *apud* VASCONCELOS, 2017, p. 9).

Antigamente, a RPC era denominada Zhōngguó, que significa “Império do Meio” ou “País Central”. O termo tem origem da milenar tradição chinesa que estabelecia a premissa de que o país, pela “excepcionalidade” da sua história e sua cultura, era o centro do mundo. Ao longo da história, a China demonstrou potencial de restauração e resiliência diante das adversidades, principalmente das intempéries da guerra e da natureza. Para Kissinger (2012), a sociedade chinesa aprendeu a reerguer-se das cinzas, após cada ciclo de destruição, retornando ao papel central como um grande império asiático.

A Revolução Chinesa de 1949 é um exemplo da capacidade de superação mencionada pelo autor (2012), sendo considerado o principal evento do século XX para a sociedade chinesa. Ela resultou na implantação do socialismo como forma de governo, tendo como bases a ideologia marxista-leninista e a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o diferencial da profunda sinergia com aspectos culturais, políticos e históricos do povo chinês. Cabe ressaltar que o modelo chinês socialista representou a continuidade do sistema tradicional asiático de um estado autoritário (BARRACLOUGH, 1985, *apud* LYRIO, 2010).

As tropas nacionalistas derrotadas pelo movimento revolucionário se refugiaram na Ilha de Taiwan, com a estrutura política e os meios militares restantes, declarando a cidade de Taipei como a capital da República da China. No continente sob a égide do regime socialista do Partido Comunista da China (PCC), a RPC considera Taiwan como a 23ª Província e parte integrante do seu Estado (A GUERRA..., 2022).

No período em que antecedeu a Revolução de 1949, a China era um Estado com pouco desenvolvimento econômico e tinha grandes deficiências nas suas capacidades militares e tecnológicas. Por isso, esse período ficou conhecido como “Século da Humilhação”. Nos momentos iniciais, após a Revolução, a RPC buscou parceria estratégica com a antiga URSS, com o intuito de fazer frente aos Estados Unidos da América (EUA) na oposição ao seu regime. Com o tempo, alterou a sua estratégia, desenvolvendo uma diplomacia triangular, ora flertando com a URSS ora com os EUA, conforme os seus interesses (DE OLIVEIRA, 2019).

Portanto, a Revolução Chinesa de 1949 representou uma reestruturação no sistema político-social da China, e, nesse momento histórico, ocorreu a ascensão ao poder do PCC e o estabelecimento da RPC, baseados no centralismo democrático, com influência marxista-leninista e características fortes das tradições da milenar sociedade chinesa. Taiwan passou a ser um símbolo de resistência e disputas entre as tensões socialistas e capitalistas de ordem bipolarizada, e a China iniciou a busca da superação do período (Século da Humilhação) que representou a estagnação de todas as expressões do PN chinês.

Após 1949, a RPC passou por um período de amadurecimento, com a concretização de várias reformas, como a agrária, e com a centralização política seguida da

coletivização da economia. Nesse período histórico, Mao Zedong liderava o país de forma absoluta, de acordo com o modelo soviético, e buscava implementar um regime que não coadunava com a cultura tradicional chinesa (MANION, 2012).

Em 1976, após a morte de Mao Zedong, começou um período turbulento, em razão da transição da liderança chinesa. O poder absoluto estabelecido por Mao e a pouca aptidão do PCC em cultivar futuras lideranças que poderiam substituí-lo transformaram o partido em uma arena de lutas internas. Deng Xiaoping, importante líder comunista desde os primórdios do partido, foi, por fim, cotado como o sucessor de Mao e iniciou o mandato em 1978. Então, Deng Xiaoping adotou a narrativa do “socialismo com características chinesas”, que significou uma gradual transição à economia de mercado, assegurou o poder político nas mãos do PCC e inaugurou o modelo de Estado que hoje é cuidadosamente seguido na China. Com a atuação de Deng, a política chinesa se institucionaliza, a economia moderniza-se e promulga-se uma nova constituição (LANTEIGNE, 2013).

A política de Deng Xiaoping permitiu o ingresso de empresas estrangeiras com fábricas de produção no território chinês. Implementou ainda o Plano das Quatro Modernizações, que consistia em ações para o desenvolvimento da indústria, da agricultura e da ciência e tecnologia e incluía investimentos nas FA (DE OLIVEIRA, 2019).

No início do século XXI, com Hu Jintao na Presidência, o conceito de “ascensão pacífica” chinesa se fortaleceu e demonstrou para o SI o posicionamento favorável da RPC para um “mundo harmonioso”. Entretanto o PCC deste século tem resgatado a cultura tradicional chinesa e o nacionalismo do seu povo, ao

mesmo tempo que enfraquece os ideais do marxismo-leninismo e do maoísmo (LANTEIGNE, 2013).

Hu Jintao agregou ao seu conceito de “ascensão pacífica” o posicionamento chinês no SI, demonstrando ao mundo o respeito que a RPC possui com a soberania de cada Estado e o apreço que demonstra para a construção de um sistema harmonioso. No próximo tópico, será abordada a GEC e serão descritos o momento atual de Xi Jinping e a “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas”, em que o Dragão, em um mundo interligado e com suas fronteiras terrestres com ausência de confrontações armadas, lança-se ao mar na busca de recursos que sustentem o seu crescimento.

### ***A Grande Estratégia do Dragão Silencioso***

Para Holmes e Yoshihara (2018), a China não somente se distanciou dos conceitos sociais maoístas, como também alterou a sua visão econômica quando abandonou a sua estratégia continental de desenvolvimento econômico e reorientou a sua economia para o comércio marítimo. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o SI observou um período sem confrontação direta entre as grandes potências mundiais. Esse período de estabilidade permitiu o sucesso da estratégia, iniciada por Deng Xiaoping, de paz e desenvolvimento. De acordo com o Contexto Histórico do Dragão, com o novo posicionamento econômico chinês de abertura de mercado e um modelo liberal de circulação de mercadorias, serviços e capitais, os mercados ocidentais mantiveram um relacionamento pacífico,

comprando produtos e oferecendo acessos aos investimentos e à tecnologia (DE OLIVEIRA, 2019).

A RPC planejou, na década de 1990, uma estratégia de expansão global [*go out* (走出去 - *zouchuqu*)] incluída no Décimo Plano Quinquenal (2001-2005), tendo como justificativa a crescente diferença entre os recursos e a dinâmica populacional (BAPTISTA, 2017). A estratégia *going out* chinesa priorizou o controle de recursos naturais, em especial dos que garantiam a segurança energética e alimentar da sua economia, a participação internacional das grandes empresas chinesas, com abertura da economia, a obtenção de tecnologias estrangeiras e a aquisição de empresas estrangeiras de prestígio para controle de marcas, redes de distribuição e tecnologias. A implementação da estratégia foi norteada pelo Poder Brando, mas baseado na consolidação do Poder Duro e com investimentos significativos na modernização e reforço da capacidade militar (NEVES, 2013).

Nesse contexto, Xi Jinping<sup>9</sup> desenvolve o conceito da “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas”, baseada em uma política externa com o propósito de uma renovação nacional, denominada “O Sonho Chinês”. Com esse objetivo, Xi implementa uma narrativa pautada na cultura tradicional chinesa agregada a uma releitura histórica, fazendo uso da estrutura burocrática e do processo político chinês, bem como de aspectos ideológicos que representam a RPC (VASCONCELOS, 2017).

Para um perfeito entendimento da GEC, na Era Xi, é importante citar os cinco princípios de Coexistência Pacífica previstos nos Livros Brancos chineses.

<sup>9</sup> Xi Jinping é um político chinês que tem servido como secretário-geral do PCC, presidente da Comissão Militar Central, desde 2012, e presidente da RPC, desde 2013. Xi tem sido, desde 2012, o líder político mais proeminente da China.

Esses princípios norteiam as relações exteriores e são basilares na estratégia da RPC, a saber: (1) respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; (2) não agressão mútua; (3) não interferência nos assuntos internos de outros Estados; (4) igualdade e cooperação para benefícios mútuos<sup>10</sup>; e, por fim, (5) coexistência pacífica (ONU, 1958, p. 70).

Para a Otan, a GEC não busca a Coexistência Pacífica e apresenta uma visão que a coaduna com o conceito de Perturbador Silencioso:

As ambições declaradas e políticas coercitivas da República Popular da China (RPC) desafiam nossos interesses, segurança e valores. A RPC emprega uma ampla gama de ferramentas políticas, econômicas e militares para aumentar sua presença global e seu projeto de poder, mantendo-se opaca sobre sua estratégia, suas intenções e seu desenvolvimento militar. As operações híbridas e cibernéticas maliciosas da RPC e sua retórica de confronto e a desinformação atingem os Aliados e prejudicam a segurança da Aliança. A RPC procura controlar setores tecnológicos e industriais, infraestrutura crítica e materiais estratégicos e cadeias de suprimentos. Ela usa seu potencial econômico para criar dependências estratégicas e aumentar sua influência. Também se esforça para subverter a ordem internacional baseada em regras, inclusive nos domínios espacial, cibernético e marítimo (OTAN, 2022, Tradução do autor, p. 5).

A “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas”, pautada em uma política externa, com o propósito de uma renovação nacional, e nos princípios da Coexistência Pacífica, é o cartão de visita da GEC para o SI. Ao lançar-se ao mar, na busca de recursos energéticos, de segurança alimentar e de mercados consumidores para os seus produtos, a RPC, amparada pela abertura da sua economia e pela centralização do poder no PCC, após a reformulação da Nova Ordem Mundial ao final da Guerra Fria, conseguiu exercer o seu poder em Estados esquecidos por essa Nova Ordem. Devido ao período sem confrontação armada, investiu e fortaleceu a vertente militar, que serve como arcabouço para a sua influência externa em busca do “Sonho Chinês”. Então a GEC começa a ser identificada pelo SI, conforme foi destacado na Concepção Estratégica da Otan, e a bandeira do modelo de negócio chinês *win-win* passa a ser considerada opaca e gerar dependência estratégica de seus parceiros.

Após a compreensão da GEC, no contexto global, faz-se necessário realizar um recorte para a sua atuação no AS. Com a mudança do eixo da política externa dos EUA para região norte, especificamente a Europa e os países integrantes da Otan, a China desenvolveu a ascensão do Sul-Global e priorizou as parcerias dos países do Hemisfério Sul; além disso, ocorreu a dinâmica horizontal das relações econômicas entre esses atores que caracterizaram a Cooperação Sul-Sul (CSS). Segundo Souza (2014), a CSS não é caracterizada pelo assistencialismo, e

10 Este princípio representa o modelo *win-win* (ganha-ganha) de negócio. Atualmente, Xi Jinping denomina como “prosperidade comum”, termo que foi adotado por jornalistas, acadêmicos e executivos de empresas na China. Fonte: SCHUMAN, Michael. *Prosperidade comum: a grande e nova ideia de Xi Jinping para a China*. 2021. Disponível em: <https://referencia.com/asia-e-pacifico/prosperidade-comum-a-grande-e-nova-ideia-de-xi-jinping-para-a-china/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

sim por uma parceria de benefícios mútuos e horizontais nas relações, conforme mencionado nos princípios da Coexistência Pacífica. Enquanto os atores globais do Hemisfério Norte apresentam uma Cooperação Norte-Sul assistencialista e filantrópica, a CSS tem como princípios a reciprocidade e os benefícios mútuos (CHATURVEDI, 2012).

Nas décadas de 1960 e 70, a África passou por um período de movimentos de descolonização. Nesse contexto, a RPC visualizou uma oportunidade geopolítica, apoiando de forma ativa vários movimentos, e, no campo diplomático, reconheceu a independência dos países, realizando visitas oficiais ao continente africano. No campo econômico, Pequim ofereceu ajuda financeira e o financiamento de obras de infraestrutura à CSS. O verdadeiro objetivo dessa estratégia era buscar fortalecer a imagem da China como uma liderança na CSS (DOBLER, 2007).

Na visão de Nunes e Farias (2021), o fortalecimento da CSS pode se dar por meio de iniciativas, como a Belt Road Initiative (BRI), de participação em fóruns e fundos multilaterais e de parcerias com instituições e governos locais. Nesse sentido, a China tem intensificado essa relação, priorizando a coordenação bilateral com os governos locais e a participação em projetos de infraestrutura, principalmente na América Latina, na África e no Caribe.

De Almeida (2012) afirma que a política da RPC para a África tornou-se prioritariamente econômica, com o intuito de atender às necessidades de recursos da crescente potência global. Na CSS, são priorizadas as parcerias com democracias frágeis, países com grandes problemas internos e econômicos, nos quais a China fornece investimentos sólidos e contribui para a manutenção de elites governantes no poder, contra-

riando os anseios das populações locais. O resultado é o aumento da instabilidade interna dos países apoiados e um incremento das ameaças ao ambiente de segurança da região.

Assim, conclui-se, de forma parcial, que a CSS aproveitou da falta de prioridade dos atores globais do Norte e forneceu uma oportunidade de parceria e desenvolvimento para os países subdesenvolvidos do Hemisfério Sul, por meio da participação na BRI. Outrossim, sob a bandeira dos princípios de Coexistência Pacífica, com parcerias baseadas nos benefícios mútuos, a RPC fortaleceu a posição de liderança no Sul global. Atualmente, os interesses chineses transcendem a política, alinham-se com as necessidades econômicas e de recursos do crescente Dragão voraz, e as vítimas são as democracias frágeis do AS, onde os investimentos chineses favorecem a manutenção de governos favoráveis à GEC.

Em síntese, a GEC foi consolidada após a Guerra Fria, na qual a RPC passou por uma reformulação política, econômica e social. Além de ser centralizada no Partido Comunista Chinês, a economia chinesa sofreu uma transformação por meio de uma abertura de mercado e uma renovação nacional em busca do “Sonho Chinês”. Xi, com a “Diplomacia de Grande Potência com características chinesas”, pautada pelos princípios da Coexistência Pacífica, ratificou que a RPC deveria desenvolver o Poder Marítimo na busca de segurança energética, alimentar e de novos mercados consumidores. Com essa visão, a China investiu na indústria naval como sustentáculo das suas necessidades, criou uma vertente marítima da BRI e incluiu, na GEC, o desenvolvimento do Poder Naval para amparar as suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) e a sua influência global.

## O Dragão Voraz

O petróleo, os combustíveis minerais, os minérios, o óleo de soja e os equipamentos industriais são as principais necessidades de importações da China. A RPC, para sustentar o desenvolvimento econômico, possui uma forte dependência na sua matriz energética, como o petróleo, o carvão e o gás natural. A distribuição das necessidades energéticas, para alimentar o Dragão, estava dividida, antes do período de Xi Jinping, em 2012, da seguinte forma: 66% de carvão, 20% de petróleo, 8% de energias hidroelétricas, 5% de gás natural, cerca de 1% de energia nuclear e, aproximadamente, 1% de energias renováveis. No início do governo de Xi, a RPC tornou-se a maior importadora líquida de petróleo e de seus derivados. Em razão disso, poderá ter problemas, conforme suas reservas domésticas forem se esgotando (U.S., 2015).

Destaca-se que a economia chinesa está reduzindo o consumo de carvão e buscando aumentar a sua matriz de energia renovável de gás natural e nuclear para manutenção do equilíbrio energético. Cabe dizer que, apesar da redução do consumo do carvão, ele ainda continua sendo a principal fonte de energia usada no país. Ademais, cabe ainda enfatizar que a RPC consome mais da metade de todo o carvão mundial (CHIAPPINI, 2020).

O minério de ferro do comércio internacional marítimo é outro exemplo de

dependência do Dragão. A RPC representa 67% das importações mundiais desse produto. Por isso, é o maior importador global. O maior fornecedor desse minério para a China é a Austrália; depois se destacam Brasil e países africanos, que dependem de longas LCM para o transporte do produto (DE OLIVEIRA, 2019).

Além disso, a China, por possuir a maior população mundial, necessita garantir a segurança alimentar do país. Segundo a revista *on-line A Referência* (Segurança..., 2021), a RPC não possui independência na produção de alimentos e depende fortemente das importações para abastecer o país. Seus principais fornecedores de alimentos são: Brasil, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Para o fluxo contínuo de alimentos, existe a necessidade de uma frota de navios que operem nas extensas LCM.

Complementando a voracidade do Dragão, deve-se mencionar ainda que a RPC lidera a lista global de países produtores de pescado, sendo responsável por 15% da média de produção total. Os chineses pescam 15,2 milhões de toneladas por ano, principalmente em águas internacionais do Atlântico e do Pacífico (AGUIAR JR., 2022).

O que demonstra a fome do Dragão? Em uma análise clausewitziana<sup>11</sup> do Dragão Voraz, no âmbito das expressões de poder político, econômico e psicossocial, pode-se fazer a ilação de que o Centro de Gravidade<sup>12</sup> da China é a segurança

11 Carl Von Clausewitz (1790-1831) foi um militar prussiano especialista em estratégias de batalhas e autor do mais famoso tratado sobre o tema da guerra no Ocidente: *Da Guerra*, ou *Sobre a Guerra* (do alemão *Vom Kriege*), publicado em 1832. Fonte: FERNANDES, Cláudio. O conceito de guerra de Clausewitz. *Revista Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/o-conceito-guerra-clausewitz.htm>. Acesso em: 11 jul. 2022.

12 “O centro de gravidade de uma Força Armada se refere àquelas fontes de força ou equilíbrio. É a característica, a capacidade ou o local dos quais a Força extrai sua liberdade de ação, força física ou disposição para combater”. Clausewitz o definiu como “o ponto central de todo o poder e de todo o movimento, do qual tudo depende”. *Field Manual Operations 100-5* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 1986). [Citação da obra *Da Guerra* extraída da tradução do inglês para o português do Capitão de Mar e Guerra (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret. – Nota do Tradutor].

alimentar e energética que advém do mar. Com base nisso, o Poder Marítimo chinês, principalmente as LCM, tornam-se uma vulnerabilidade crítica<sup>13</sup> da GEC. Para a proteção do Centro de Gravidade e das LCM, a RPC teve como premissa o desenvolvimento do Poder Naval e as construções de infraestruturas críticas globais que garantem o fluxo contínuo de recursos para o desenvolvimento chinês.

### *O voo do Dragão para o mar*

A China, como potência continental, marcou grande parte da sua história com grandes desafios terrestres que enfrentou. No passado, tinham obrigado a RPC a incrementar o poder terrestre, em inobservância à expansão marítima. Dentre os fatores responsáveis por essa estratégia chinesa, Lord (2009) destaca os três principais que incentivaram a China no desenvolvimento de forças terrestres: as experiências de combate obtidas pela elite chinesa no período maoísta, em grande parte pelas experiências de combate terrestres; os problemas que a extinta URSS enfrentou na década de 1960; e a guerra contra o Vietnã, em 1979, que demonstrou a necessidade de investimento no exército chinês.

Então, com a nova ordem mundial, após o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, a RPC teve a oportunidade para reestruturar a estratégia de defesa, direcionou esforços para o mar e considerou o mundo globalizado, interligado e dependente do

comércio transoceânico na nova ordem mundial proposta (MACDONALD, 2013).

Nesse contexto, o mar é um meio estrategicamente importante para os Estados que desejam ter uma posição de destaque no SI. Os oceanos possuem quatro atributos interligados que podem ser motivo de conflito ou de cooperação entre os países: recurso (segurança energética e segurança alimentar), logística (LCM para transporte de cargas), fonte de informação (as fronteiras marítimas permitem a ligação de culturas diferentes) e domínio (meio estratégico para conquista e domínio) (TILL, 2018).

O entendimento da diferença entre o Poder Naval e o Poder Marítimo é necessário durante a leitura deste artigo. Segundo Huang (2009, p. 30), o Poder Naval está na esfera da expressão militar do

PN e é caracterizado por uma força naval poderosa e eficiente com domínio do mar. O Poder Marítimo é uma definição que permeia todas as expressões do PN e possui a capacidade

## **Hu Jintao, em 2012, deixou claro o objetivo de ampliar as capacidades marítimas chinesas**

de usar o mar para o desenvolvimento político-econômico e ganhar o domínio do mar de potenciais inimigos, além de controlar o comércio internacional por meio das LCM, utilizando eficientemente os recursos oceânicos, e realizar operações com a Marinha em tempo de guerra e usá-la como elemento de diplomacia naval, dissuasão e influência política em tempos de paz.

De acordo com os conceitos citados de Till e Huang, a RPC enviou uma mensagem clara ao cenário internacional, em 2012, com o discurso de Hu Jintao<sup>14</sup>,

13 Vulnerabilidades Críticas são aspectos deficientes ou vulneráveis que, se atacados, causarão efeitos decisivos ou significantes no Centro de Gravidade (WADOVSKI, 2018).

14 Presidente da RPC no período de 15 de março de 2003 a 14 de março de 2013. Fonte: o autor, 2022.

proferida no 18º Congresso Nacional do PCC, que dizia que a China visava ser uma potência marítima e estava sendo incluída na estratégia nacional. Hu Jintao deixou claro o objetivo de ampliar as capacidades marítimas chinesas, assim como as metas da política marítima e da naval (AGNOSTRI, 2013, *apud* MENEZES, 2017).

Dessa forma, a RPC, com ausências de confrontos armados com os países fronteiriços e com a nova ordem mundial proporcionada pelo fim da Guerra Fria, obteve condições necessárias para visualizar em sua estratégia que os problemas vindouros seriam marítimos, como a ilha de Taiwan e as disputas no Mar do Sul da China. Não somente problemas, mas também oportunidades, obrigaram a China a se direcionar para o mar e buscar novos parceiros, mercados consumidores e recursos para a nova economia crescente.

Segundo McCaslin (2019), Xi Jinping afirma que o “sonho chinês” encontra-se amparado em um “forte sonho militar”. Com esse lema, a RPC investiu na modernização da Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL), a fim de criar uma Marinha de “águas azuis” com grande capacidade de projeção e de dissuasão.

A MEPL possuía algumas classes de contratorpedeiros, fragatas e submarinos de propulsão convencional que eram compatíveis com uma Marinha de pequena envergadura e longe do “forte sonho militar” (HOLMES; YOSHIHARA, 2008). Atualmente, a China produz navios de elevada complexidade, como os grandes navios porta-contêineres e o mais recente terceiro porta-aviões, denominado *Fujian*, que possui catapultas eletromagnéticas, convés plano e grande potencial tecnológico.

Portanto, além do salto tecnológico e da capacitação da MEPL, os porta-aviões e os novos meios navais representam um

aumento da capacidade dissuasória da RPC (ALEXANDRE; RIBEIRO, 2022). Cabe ressaltar que a MEPL possui metade da tonelagem da Marinha dos EUA e se destaca por ser a maior Marinha mundial, com 355 navios. Isso permite à China atuar em mais de uma área de conflito por sua quantidade de meios (FARIAS, 2022).

A MEPL sofreu uma transformação quantitativa e qualitativa. A construção de fragatas, submarinos convencionais e nucleares e outros vetores navais demonstra o comprometimento da RPC com a Estratégia Marítima prevista na GEC. O desenvolvimento de porta-aviões compatíveis com as maiores Marinhas do mundo credencia a China como uma Marinha de “águas azuis”.

Com relação ao Poder Marítimo, a RPC possui a maior frota de navios-tanques para o transporte de recursos energéticos e os maiores estaleiros mundiais. Deng Xiaoping foi responsável pelo início do desenvolvimento da indústria naval. Ele construiu 220 mil toneladas brutas de navios e embarcações, na década de 80, e visava atingir 25 milhões de toneladas brutas 40 anos depois; ou seja, a China se tornaria responsável por 35% da produção mundial de navios e embarcações. O significativo volume de contêineres manuseado nos portos chineses é prova do nível da atividade marítima chinesa na última década. Como resultado, a China superou diversos países portuários com o baixo custo de operação, infraestrutura de transporte de qualidade e grandes volumes de importações e exportações (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Em suma, a GEC está ancorada na Estratégia Marítima, tornando o crescimento econômico chinês dependente de recursos energéticos, de novos mercados consumidores e da segurança alimentar

da população. O mar foi a solução para o grande “sonho chinês”, obrigando a RPC a investir na sua Força Naval, na indústria naval e nas infraestruturas logísticas portuárias. A persistência do governo nos objetivos estratégicos nacionais promoveu a transformação da MEPL para uma Marinha de águas azuis, com capacidade dissuasória, e de segurança da vertente marítima da BRI. Na parte marítima, a GEC transformou a China em uma referência na construção de navios, em operações de contêineres e em capacidade de realização de atividades portuárias, com impactos no âmbito mundial.

### ***O Dragão e a One Belt and One Road Initiative<sup>15</sup>***

One Belt and One Road Initiative, ou Belt Road Initiative, representa, na prática, a GEC e busca recursos além-mar necessários para o desenvolvimento do país. Isso faz parte das pretensões internacionais desse governo no crescimento econômico da RPC (VASCONCELOS, 2017). A Nova Rota da Seda, termo em português para BRI, consiste em um plano de investimentos em infraestruturas logísticas proposto pela China. Nesse plano, são englobados vários países de importância estratégica. A BRI é a principal iniciativa de política externa do governo Xi Jinping, proposta em 2013 (CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019). No passado, a Rota da Seda consistia numa rede de rotas comerciais que interligavam a China e o Extremo Oriente Médio à Europa. Ela foi estabelecida durante a Dinastia Han, da China, no século II a.C., com objetivos comerciais (TONG, 2019).

A BRI possui a Silk Economic Road, rota terrestre que é constituída pela Eurásia continental, e a Maritime Silk Road, rota marítima composta pelos portos chineses no sudeste asiático e pelos países da costa africana, com as LCM que passam pelo Oceano Índico, pelo Canal de Suez, até chegar no Mediterrâneo. Em 2018, o mandatário Xi Jinping mencionou que a BRI deveria incluir a América Latina e a África na rota marítima (CARLETTI; KOTZ; CORREIA, 2019).

A BRI se expandiu, na sua versão original, em seis corredores econômicos: 1) a Nova Ponte Terrestre Eurasiática; 2) o eixo China-Mongólia-Rússia; 3) o eixo central China-Ásia Ocidental; 4) o eixo da Península China-Indochina; 5) o eixo do Corredor Econômico China-Paquistão e, finalmente, 6) o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia e Mianmar. A BRI permite à RPC diversificar e expandir seu acesso a recursos naturais de vizinhos, como Turcomenistão e Rússia, com o objetivo de garantir a segurança energética. Assim, as melhorias realizadas na conectividade regional ampliarão o acesso a produtos chineses e integrarão as províncias do interior da China aos mercados globais (HONG, 2017).

A BRI são corredores marítimos e terrestres que permitem à China sustentar toda a sua cadeia logística de recursos para o desenvolvimento econômico. Ela é contemplada inicialmente por Xi Jinping na GEC, no entorno estratégico chinês mais próximo, e justifica sua proximidade pelos patamares econômicos e militares da época, com foco apenas nas regiões da Eurásia, do Mar da China e do Oceano Índico. Entretanto, com o cres-

<sup>15</sup> Em mandarim, o projeto é chamado 一带一路 (*yidaiyilu*), que pode ser traduzido para o português como “um cinturão, uma estrada”. Em inglês, o termo atual para se referir ao projeto é One Belt and One Road Initiative, do qual advém o nome “Iniciativa do Cinturão e Rota” (JUNQUEIRA, 2021).

cimento exponencial da RPC e do Poder Marítimo, o líder chinês reajustou a sua estratégia atual, acrescentando à BRI os países da Costa Africana, América Latina e o AS.

Acrescentam-se a isso as cinco principais prioridades da Nova Rota da Seda, segundo a RPC: 1) coordenação de políticas econômicas de empréstimos a juros baixos para a assistência dos países que receberem aporte no setor de infraestrutura, via BRI, de modo a não prejudicar e/ou causar interferências danosas à economia doméstica; 2) conectividade nas áreas de infraestrutura; 3) comércio menos suscetível a obstáculos, mediante baixas barreiras fiscais; 4) integração financeira; e 5) incentivos para a conectividade entre os cidadãos das populações envolvidas (TONG, 2019).

Conforme essas cinco principais prioridades, os países que recebem investimentos para o desenvolvimento econômico tornam-se polos logísticos importantes na BRI. Esses pontos focais fazem parte

do “Colar de Pérolas” chinês, em inglês *string of pearls*, que é a designação ocidental da estratégia chinesa de “cercar” o Mar do Sul da China e a região do Oceano Índico, por meio da construção de portos e bases navais, com o intuito de ampliar a presença chinesa nessas regiões e alcançar uma posição estratégica privilegiada em toda essa porção marítima (FRIEDE, 2019).

Na BRI, a estratégia do Colar de Pérolas demanda investimentos em infraestruturas de portos, aeroportos, estradas, ferrovias, geração de energia, internet e

fibra ótica. Aliando-se aos princípios da coexistência pacífica, especificamente no benefício mútuo, cada pérola do colar necessita de infraestruturas básicas para se desenvolver, e a RPC, com o “pano de fundo” do modelo *win-win*, consegue projetar as suas companhias no mercado global para implementação de infraestrutura, bem como intensificar a sua influência política, econômica e militar na região.

Na visão de Nunes e Farias (2021), pesquisas recentes demonstram que estruturas, equipamentos e instalações físicas, que são a base do crescimento econômico sustentável, são insuficientes na América Latina e na África. Em razão dessa carência, o EEB é uma área excelente para aquisições de pérolas e

ampliação do colar chinês. Ademais, para a construção de infraestruturas, é fundamental o investimento massivo de recursos por meio de empresas chinesas.

Segundo Do Nascimento (2020), o continente africa-

no possui o segundo maior número de participantes na iniciativa da BRI, ou seja, cerca de 40 países. Dentre eles, é pertinente citar, como membros da BRI, os seguintes: Marrocos, Egito, África do Sul, Somália, Nigéria, Serra Leoa, Djibouti, Senegal, Uganda, Guiné e Moçambique, entre outros. Somando-se a isso, é importante também mencionar que os projetos da BRI na África são voltados para os setores de eletricidade, telefonia, construção de estradas, rodovias, portos e fornecimento de serviços sociais e de saúde.

### **A era de Deng Xiaoping fortaleceu o Poder Marítimo chinês, e as iniciativas de Xi Jinping, como a Belt Road Initiative, seguem em busca do grande “sonho chinês”**

Portanto, nesta seção, a GEC foi apresentada, a evolução do pensamento maoísta chinês, no breve contexto histórico, foi percebida, e, por fim, foi verificado também que, na era de Deng Xiaoping, o seu projeto fortaleceu o Poder Marítimo chinês. Cabe ainda dizer que o período de Xi Jinping e suas iniciativas, como a BRI, em busca do grande “sonho chinês”, foram relevantes para este estudo. Podemos concluir o artigo apresentando medidas estratégicas para o Poder Naval brasileiro referentes à presença chinesa no EEB.

## ENSINAMENTOS PARA O PODER NAVAL BRASILEIRO

Durante o artigo, realizaram-se o estudo sobre a GEC, o voo do Dragão para o mar e a BRI, entre outros aspectos. Chegou-se à conclusão de que a presença chinesa no AS é uma realidade. Com isso, a MB deve ter especial atenção ao tema, a fim de mitigar os desafios ou potencializar as oportunidades apresentadas. A seguir, serão destacadas as propostas estratégicas para a MB, diante da presença chinesa.

### *Presença constante da China no EEB*

<b>Desafio: Presença constante da China no EEB</b>	
<b>Proposta estratégica</b>	Conhecimento da Doutrina Naval chinesa e suas capacidades.
<b>Medidas estratégicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de oficiais e praças em cursos e intercâmbios com a MEPL;</li> <li>• Realização de operações conjuntas com a MEPL; e</li> <li>• Criação de um fórum de discussão, nível EMA, entre a MB e a MEPL.</li> </ul>
<b>Descrição</b>	A GEC visualizou a necessidade de uma base militar na Costa Oeste africana, a fim de garantir a fixação dos chineses e das empresas chinesas. Diante de tal presença exógena no AS e fruto do posicionamento estadunidense de priorizar as relações do Hemisfério Norte, a MB deve buscar ações proativas que incentivem a cooperação e as soluções, por meio de parcerias globais. Este artigo apresenta como solução, para mitigar a presença chinesa na região, o uso do Poder Brando e da Diplomacia Naval, por meio da inserção da MB em todas as iniciativas do Poder Naval chinês no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul.
<b>Enquadramento no PEM 2040 (2020b)</b>	Cap. 2 – Ameaças; 2.10 – Disputa por recursos naturais (2020b, p. 28). Cap. 3 – Conceito estratégico marítimo naval; 3.6 – Defesa marítima de Amplo Espectro (2020b, p. 42).
<b>Contribuição para a Política Naval (2020d)</b>	OBNAV 1 – Contribuir para a Defesa da pátria. OBNAV 2 – Prover a Segurança Marítima. OBNAV 5 – Apoiar a política externa.

Durante a pesquisa, observou-se que o PEM 2040 (BRASIL, 2020b) não possui uma Ação Estratégica Naval (AEN) que contemple a postura da MB com a presença de potências globais no AS, no EEB, apesar de as necessidades serem identificadas nos capítulos 2 e 3. Ademais, em

termos didáticos, no documento condicionante Política Naval (BRASIL, 2020d), o trabalho considera interessante a criação de um Objetivo Naval preocupado com o EEB, como a segurança do Golfo da Guiné e a consciência situacional do AS, entre outras ações.

### *Parcerias tecnológicas com a MEPL*

#### Oportunidade: Parcerias tecnológicas com a MEPL

<b>Proposta estratégica</b>	Desenvolvimento de projetos tecnológicos em parceria com a MEPL.
<b>Medidas estratégicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita do Setor de Material da MB à China; e</li> <li>• Identificação de projetos viáveis para a proposta de parcerias.</li> </ul>
<b>Descrição</b>	A China incluiu em sua Estratégia o desenvolvimento da indústria e da tecnologia naval, culminando a recente construção de um porta-aviões. A China detém <i>expertise</i> e tecnologia que podem apoiar o desenvolvimento do PNB.
<b>Enquadramento no PEM 2040 (2020b)</b>	EN 6.3 – Poder do Futuro.
<b>Contribuição para a Política Naval (2020d)</b>	OBNAV 6 – Modernizar a Força Naval. OBNAV 7 – Obter a Capacidade operacional plena.

Ainda foi observado que o PEM 2040 (BRASIL, 2020b) não possui uma AEN que contemple o desenvolvimento tecnológico da MB em cooperação com países que detêm alta tecnologia no portfólio, como foi realizado com o modelo do Programa de Submarinos. No PEM

2040 (BRASIL, 2020b), especificamente na Estratégia Naval (EN) 6.3 – Poder do Futuro, do Obnav 6 – Modernizar a Força Naval, poderia ser inserida uma AEN para o desenvolvimento de um meio em parceria com uma grande potência tecnológica.

*Fomento da Zopacas*

<b>Desafio: Fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas)</b>	
<b>Proposta estratégica</b>	Promover o fortalecimento da Zopacas como o principal fórum internacional do AS, tanto na política interna como na política externa brasileira.
<b>Medidas estratégicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminários internacionais sobre a Zopacas;</li> <li>• Reuniões semestrais dos países integrantes;</li> <li>• Operações militares conjuntas dos países participantes, padrão Otan;</li> <li>• Campanha publicitária sobre a temática para conscientização da sociedade brasileira;</li> <li>• Inserção da abordagem sobre o tema no Sistema de Ensino Nacional, incluindo abordagem nos livros escolares de geografia; e</li> <li>• Fórum, trabalhos e seminários nacionais com o intuito de sensibilizar o Legislativo e o Ministério das Relações Exteriores sobre o tema.</li> </ul>
<b>Descrição</b>	Segundo a seção 5.2.2, o Brasil demonstra a sua preocupação com o AS no LBDN (BRASIL, 2020c), apontando que o AS possui áreas estratégicas relevantes e de vital importância para o comércio mundial, destaca o Golfo da Guiné como exemplo e menciona a construção de um ambiente cooperativo no AS, por meio da Zona de Paz e Cooperação do AS. O Brasil e a Nigéria participam da Zopacas, que possui atribuições no campo militar, por meio da manutenção da paz e da Segurança Marítima no entorno de ambos os países.
<b>Enquadramento no PEM 2040 (2020b)</b>	EN 5.1 – Zopacas. AEN – Política Externa 1 – Fomentar e incrementar a participação das Marinhas Amigas na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.
<b>Contribuição para a Política Naval (2020d)</b>	Obnav 5 – Apoiar a política externa.

*Desenvolvimento do conceito de EEB*

<b>Ensinamento: Desenvolvimento do conceito de EEB</b>	
<b>Proposta estratégica</b>	Reformulação da apresentação gráfica e do conceito do EEB.
<b>Medidas estratégicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação gráfica, destacando os pontos de interesses focais.</li> <li>• Detalhamento do EEB, com a descrição de regiões prioritárias.</li> </ul>
<b>Descrição</b>	O conceito de EEB é apresentado de forma genérica, não sendo identificados países, pontos focais ou regiões que devam ser considerados esforços prioritários do PNB na sua representação. Como a GEC definiu pérolas para formação do colar de interesse chinês, o Brasil poderia definir pontos focais de interesse no EEB, pois a materialidade das ações no conjunto dos pontos focais de interesse representaria a consolidação da preocupação estratégica do EEB como um todo.
<b>Enquadramento no PEM 2040 (2020b)</b>	Capítulo 1 – Ambiente operacional – Entorno Estratégico Brasileiro.

## CONCLUSÃO

Portanto, com o Poder Marítimo consolidado, a RPC chegou ao AS como um Perturbador Silencioso. A RPC estabeleceu parcerias com diversos países do EEB, sob o pano de fundo dos benefícios mútuos, promovendo instabilidade e incertezas, diante de suas intenções opacas, e a busca por recursos necessários ao crescimento econômico chinês.

Ressalta-se que a GEC está ancorada na Estratégia Marítima, tornando o crescimento econômico chinês dependente de recursos energéticos, de novos mercados consumidores e da segurança alimentar da população. O mar foi a solução para o grande “sonho chinês”, obrigando a RPC a investir na sua Força Naval, na indús-

tria naval e nas infraestruturas logísticas portuárias. A persistência do governo nos objetivos estratégicos nacionais promoveu a transformação da MEPL para uma Marinha de águas azuis, com capacidade dissuasória de prover a segurança da vertente marítima da BRI. Na parte marítima, a GEC transformou a China em uma referência na construção de navios, operações de contêineres e em capacidade de realização de atividades portuárias no âmbito mundial.

A Marinha do Brasil deve permanecer atenta à expansão chinesa no AS, buscando uma atitude proativa para mitigar os desafios e, ao mesmo tempo, por meio da diplomacia naval, aproveitar as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento do Poder Naval brasileiro.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; Ásia; China;

<POLÍTICA>; China; Defesa; Estratégia; Geopolítica;

## REFERÊNCIAS

Devido à extensão da lista de Referências Bibliográficas, os interessados em obtê-la devem entrar em contato com o autor pelo *e-mail*: [adauto@marinha.mil.br](mailto:adauto@marinha.mil.br).